

Editorial

Este segundo número do dossiê *Questão étnico-racial e antirracismo* tem uma diferença temporal relativamente breve em relação ao anterior. Contudo, esses poucos meses demarcam um abismo de tempo, em função do que tem sido vivenciado no contexto da pandemia mundial de Covid-19, causada pela propagação do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus. Uma realidade que não somente produz repercussões de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas que reproduz e exhibe cruamente as iniquidades já presentes na vida de amplos segmentos sociais antes da pandemia. Sem vacinas ou medicamentos específicos, até o momento, as medidas de distanciamento social e de isolamento configuram as recomendações básicas da Organização Mundial de Saúde - OMS para a contenção da circulação do vírus e redução do contágio. A despeito das orientações a crise sanitária avança. No mundo, são mais de 10.500.000 infectados, com mais de 500.000 mortes. No Brasil, são mais de 1.500.000 de casos confirmados e mais de 60.000 pessoas perderam suas vidas. Um quadro que precisa ser visto para além de uma fatalidade neutra em sua trajetória de parasitar aleatoriamente organismos humanos. A circulação do vírus não é democrática. Ainda que possa atingir todas as pessoas, indiscriminadamente, as possibilidades de aderir às orientações da OMS são desiguais. A capacidade de proteção e as chances de recuperação frente à ameaça biológica reproduzem as condições sociais injustas. A crise pandêmica, acirra e escancara contradições estruturais da organização social capitalista. Nessa direção, os números da mortalidade de populações negras por Covid-19 repetem os dados de desigualdades de mortes entre populações negras e brancas anteriores à pandemia. Não menos relevante, o descontrolado alargamento da contaminação tem afetado severamente os povos indígenas. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em levantamento realizado recentemente pelo seu Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, mais de 6 mil indígenas foram infectados pela doença e 315 morreram, totalizando 108 povos atingidos diretamente.

Em meio à pandemia, no dia 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, o assassinato de George Floyd por um policial que permaneceu ajoelhado sobre o seu pescoço durante oito minutos e quarenta e seis segundos, deliberadamente impedindo-o de respirar, mostrou que o “novo normal” não se resume à velha indiferença. Através da tecnologia, as imagens do homicídio, “viralizaram” e contagiaram as pessoas ao redor do mundo para sair às ruas contra o racismo e o fascismo, afirmando que “VIDAS NEGRAS IMPORTAM”. No Brasil, poucos dias antes, o adolescente João Pedro

Mattos Pinto, foi morto, dentro de casa, durante uma operação conjunta das polícias federal e civil, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Sendo igualmente desconsiderado em sua humanidade, o menino Miguel, de apenas 5 anos, morreu após a queda de um edifício de 30 andares, num prédio de luxo em município próximo da cidade de Recife-PE, no qual sua mãe prestava serviço como empregada doméstica. Sua morte, após ser deixado sozinho no elevador, pela patroa de sua mãe, é consequência do racismo e do sexismo nas relações de trabalho, e revela, na atualidade, uma realidade de violência e desproteção das mulheres negras, que experimentam, ainda no século XXI, relações coloniais. Para enfrentar a violência do Estado, os movimentos negros foram às ruas em manifestações antirracistas e antifascistas exigindo: “PAREM DE NOS MATAR!”.

O contexto de pandemia tem servido de oportunidade para o Estado, em função das pressões do capital, invocar medidas autoritárias e antidemocráticas, como justificáveis em virtude da calamidade pública. A pressão do capital por lucratividade tem a ultraprecarização e o descarte de pessoas como estratégias de valorização. Uma reorganização brutal da força de trabalho que traz embutida uma mágica insustentável, a valorização do capital sem a força de trabalho. Um sonho capitalista, que cada vez mais vai sendo posto em prática contra a classe trabalhadora: o capital que, não somente super explora, mas que pretende prescindir do trabalho humano.

Novas lutas à vista de contradições históricas. Um exemplo, é a organização dos trabalhadores de entregas por aplicativo, que no dia 01/07/2020, promoveu uma paralisação do trabalho. A forma “uberizada” do trabalho de entregas reatualiza uma imagem do final do século XIX, quando trabalhadores negros ficavam horas nos cais dos portos à espera de serem chamados para descarregar cargas dos navios. Esses são os trabalhadores mais expostos ao vírus, sem direitos trabalhistas, pacientes da fila de espera por vagas em uma saúde pública que não garante o acesso a respiradores. Não consigo respirar! Não é uma metáfora, o que nos demonstra o artigo que abre essa edição, *Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar?* escrito pela assistente social e coordenadora geral da Ong Criola, Lúcia Xavier.

A totalidade da crise contemporânea articula dimensões estruturais da vida social e a conjuntura de crise política, econômica e pandêmica, exacerbando desigualdades históricas fundadas em iniquidades raciais, que no caso brasileiro, são base de sua fundação como nação. Elementos encontrados no texto: *Formação social brasileira: interface com as relações raciais*, de Carmem Corato, que destaca a escravidão como uma particularidade fundamental para o entendimento do desenvolvimento do capitalismo no país. A reflexão sobre os fundamentos sócio-históricos do país, a partir do resgate histórico das lutas sociais desde o período colonial, é desenvolvida por Maria Raimunda Penha Soares, em *Lutas e resis-*

tências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social.

O bloco seguinte de artigos tem como fio comum fazerem parte de uma tendência geral de estudos sobre políticas sociais no Brasil, que avançam no sentido de compreendê-las como mediações realizadas pelo Estado para manutenção da reprodução, e de problematizá-las criticamente, na perspectiva de proteção social, nas políticas de seguridade. Todavia, os artigos ora apresentados dedicam-se à compreensão dos processos de racialização que estão na raiz da construção dessas políticas e da própria lógica da relação entre racismo e capitalismo na sua emergência. Esse é o mote desenvolvido em: *Trabalhadores negros na origem da política social brasileira*, de Gracyelle Costa e *Racismo, trabalho e previdência social no Brasil*, de Jéssika Larissa Sousa Lima e Maria Lucia Lopes da Silva.

Dentre as diversas experiências de violações de direitos humanos vivenciadas pelas populações negras, destaca-se aquela contra as mulheres negras. Chamamos atenção para a criminalização do aborto, uma política proibicionista, organizada a partir de estruturas hierarquicamente construídas de classe, raça e gênero que se conjuga às demais políticas de extermínio arbitradas pelo Estado. Um debate adensado pelas considerações tecidas no artigo: *Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro*, de Nathália Diógenes Ferreira Lima e Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.

A diáspora negra no mundo, como uma experiência demarcada historicamente na modernidade e moldada pela resistência à escravidão e ao racismo guarda intrínseca relação com a construção de um conjunto diversificado de ideias, formulações e teorias denominadas de pensamento decolonial. Uma vertente desse pensamento tem como traço de semelhança a construção de epistemologias contra-hegemônicas, antirracistas e feministas, na qual se destaca o pensamento feminista negro, particularmente nos EUA e América Latina. Nessa direção, o artigo, *Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil*, de Caroline Fernanda Santos da Silva, articula os estudos críticos do discurso e a perspectiva da decolonialidade para uma abordagem antirracista no Brasil. Com uma perspectiva semelhante, Christen Smith, professora da Universidade do Texas – Austin, e Michaela Machicote, doutoranda na mesma instituição, no artigo, *“Zonas de Não Ser”: Mulheres negras sem teto e deslocamento nos Estados Unidos*, ao trazerem para a cena as mulheres negras sem teto, constroem um pensamento metodologicamente contra hegemônico que desvela o entrelaçamento que une a discriminação habitacional ao projeto de morte racializado e generificado instituído pelo sistema capitalista, patriarcal e fundado na supremacia branca. Também abordam como esses processos se materializam, as reflexões contidas nos artigos de Dayana Christina Ramos de Souza Juliano, *O genocídio da juventude negra brasileira: luta pelo direito à vida e o Serviço Social e Ciência e*

ancestralidade na Colômbia: Racismo epistêmico sob o disfarce de cientificismo, da professora colombiana Anny Ocoró Loango, da Universidad Nacional de San Martín – Argentina. O primeiro, trata do genocídio da juventude negra, apreendido como resultado de uma violência histórica que tem o racismo como substrato. O segundo, dá visibilidade à forma como o racismo estrutural e epistêmico está presente na organização das sociedades pós-coloniais.

No último bloco, constituído pelos artigos: *A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão*, de Wagner Roberto do Amaral, professor da Universidade Estadual de Londrina-PR; e Jenifer Araujo Barroso Bilar; *Povos ciganos e Serviço Social: um necessário diálogo para o debate étnico-racial*, de Gabriela Alves dos Santos e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso; *Avaliação de fenótipo: a participação do assistente social*, de Thais dos Santos, Maria Alarcón e Edna da Rocha e *Protagonismo negro, educação antirracismo e quilombolas urbanos como “outros sujeitos”*: uma problematização necessária, de Cassia Engres Mocelin e Patrícia Krieger Grossi, a questão étnico-racial é tratada na formação e no exercício profissional do Serviço Social, destacando os desafios de trazer para o debate público as reivindicações das populações indígenas, ciganas e quilombolas a partir de suas próprias construções. Isso porque nas sociedades capitalistas pós-coloniais prevalece a lógica da integração dessas populações pela anulação de suas ancestralidades, identidades, lastros culturais e saberes e da subalternização de sua produção de conhecimento. As referências hegemônicas mantêm-se ancoradas nas concepções de “homem universal” e de civilização construídas na modernidade, como balizadoras do ideal de nação que se tornou o projeto das sociedades pós-coloniais.

A entrevista, realizada pelas professoras Ana Paula Procópio da Silva (UERJ), Magali da Silva Almeida (UFBA) e Renata Gonçalves (UNIFESP) com a feminista Ochy Curiel nos apresenta uma intelectual cujo pensamento materialista e anticapitalista é formulado a partir de correntes feministas negras, materialista, da vida das mulheres negras e de propostas para sua emancipação e liberdade.

A Homenagem de Vida *Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Sousa da Silva Sampaio*, de Ana Paula Procópio da Silva e Magali da Silva Almeida, traduz o reconhecimento da luta e da construção de uma imagem de liderança e integridade, como valores oriundos da favela, desta intelectual, assistente social, demonstrando o poder da organização popular na formulação de políticas públicas antirracistas, em defesa dos direitos humanos de trabalhadoras e trabalhadores. A trajetória política alçada por Benedita, em sua eleição para cargos eletivos nas diferentes esferas de governo, precisa ser visualizada e compreendida como expressão de luta contra o patriarcado e sistema de supremacia branca.

Na mostra fotográfica *O comum do singular*, de Januário Garcia, fotógrafo e histórico ativista do movimento negro brasileiro, o registro das

lutas históricas confirmam a cultura de combate ao mito da democracia racial e o agenciamento/protagonismo das mulheres negras na construção de pautas pela vida.

A resenha escrita por Jess Oliveira e Samira Soares, do livro *Memórias da Plantação: : episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba, destaca o pensamento e as formulações de uma das principais feministas negras decoloniais da contemporaneidade, que apesar de nascida em Portugal, traz vivências cotidianas de discriminação racial e de gênero que nos auxiliam a pensar a dimensão global do racismo e a importância da luta feminista internacionalista.

Para finalizar convidamos à leitura atenta e esperamos que esse volume seja fonte estimulante para novos caminhos de estudos, pesquisas e produções originais na graduação e pós-graduação, bem como na organização de uma práxis coletiva antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Ana Paula Procópio da Silva
Magali da Silva Almeida

DOI: 10.12957/rep.2020.51981



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Editorial

The second issue of the dossier *Ethnic-Racial Question and Anti-Racism* is published with a relatively brief interval after the previous one. However, these few months mark a time gap, in light of what has been experienced in the context of the global pandemic of COVID-19, caused by the spread of SARS-CoV-2 or the new coronavirus. A reality that not only produces repercussions of a biomedical and epidemiological nature on a global scale, but that reproduces and crudely displays inequities already present in the lives of various social groups before the pandemic. With no specific vaccines or medications developed to date, social distance and isolation are the basic recommendations of the World Health Organization – WHO for containing the circulation of the virus and reducing contagion. Despite the guidelines, the health crisis is advancing. Worldwide, more than 10,500,000 are infected, with more than 500,000 deaths. In Brazil, there are more than 1,500,000 confirmed cases and more than 60,000 people have lost their lives. This picture needs to be considered beyond mere random casualties in the virus's trajectory to infect human organisms. The circulation of the virus is not democratic. Although it can reach all people, indiscriminately, the possibilities of adhering to WHO guidelines are uneven. The ability to protect themselves and the chances of recovery from the biological threat reproduce unfair social conditions. The pandemic crisis aggravates and opens up structural contradictions in the capitalist social organization. In this sense, the mortality figures for black populations by COVID-19 mirror the data on inequalities in deaths between black and white populations prior to the pandemic. No less relevant, the uncontrolled spread of contamination has severely affected indigenous peoples. According to the Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB), in a survey carried out recently by its National Committee for Indigenous Life and Memory, more than 6,000 indigenous persons were infected by the disease and 315 died, totaling 108 indigenous peoples directly affected.

Amidst the pandemic, on May 25, 2020, in the United States, the murder of George Floyd by a policeman who remained kneeling on his neck for eight minutes and forty-six seconds, deliberately preventing him from breathing, showed that the "new normal" is not just the old indifference. Through technology, the images of the homicide "went viral" and infected people around the world to take to the streets against racism and fascism, stating that "BLACK LIVES MATTER". In Brazil, a few days before, the teenager João Pedro Mattos Pinto, was killed in his own home during a joint operation of the federal and civil police at Complexo do Salgueiro, in

São Gonçalo, metropolitan region of the state of Rio de Janeiro. Being equally disregarded in his humanity, the boy Miguel, just 5 years old, died after the fall of a 30-story luxury building near the city of Recife, Pernambuco, in which his mother was a domestic worker. His death, after being left alone in the elevator by his mother's employer, is a consequence of racism and sexism in labor relations, and reveals today a reality of violence and lack of protection of black women, who still experience colonial relations in the 21st century. To face state violence, black movements took to the streets in anti-racist and anti-fascist demonstrations demanding: "STOP KILLING US!".

The context of a pandemic has served as an opportunity for the state, due to pressures of capital, to invoke authoritarian and anti-democratic measures as justified, in view of the public calamity. The pressure of capital for profitability uses superprecariousness and disposing of people as valuation strategies. This represents a brutal reorganization of the workforce that grasps at an unsustainable magic, the valorization of capital with no workforce – a capitalist dream, which is increasingly being put into practice against the working class: the capital that not only superexplores, but intends to do without human labor.

New struggles have been arising in the face of historical contradictions. An example is the organization of delivery app workers, which promoted a strike on July 1st, 2020. The "uberized" form of delivery work recycles the moment from the end of the 19th century when black workers spent hours at port docks waiting to be called on to unload cargo from ships. These are the workers most exposed to the new coronavirus, without labor rights, patients on the waiting list for vacancies in a public health system that do not guarantee access to respirators. I cannot breathe! It is not a metaphor, as shown in the article that opens this edition,

Racism: criminalization and black population genocide. When are we going to start breathing? written by the social worker and general coordinator of the NGO Criola, Lúcia Xavier.

The totality of the contemporary crisis articulates structural dimensions of social life and the conjuncture of political, economic, and pandemic crisis, exacerbating historical inequalities founded on racial inequities, which, in the Brazilian case, are the basis of its foundation as a nation. These are elements found in the text *Brazilian social formation: connection with race relations*, by Carmen Corato, which highlights slavery as a fundamental characteristic for understanding the development of capitalism in Brazil. Maria Raimunda Penha Soares reflects on the socio-historical foundations of the country, from the historical retrieval of social struggles since the colonial period, in *Quilombola struggles and resistance in Brazil: a fundamental debate for Social Work*.

The following block of articles has the common thread of being part of a general trend of studies on social policies in Brazil, which move

towards understanding them as mediations carried out by the state to maintain reproduction, and to problematize them critically, from the perspective of social protection, in welfare policies. However, the articles presented here are dedicated to understanding the processes of racialization that are at the root of the construction of these policies and the very logic of the relationship between racism and capitalism in their emergence. This is the theme developed in *Black workers at the origin of Brazilian social policies*, by Gracyelle Costa, and *Racism, labor, and Social Security in Brazil*, by Jéssika Larissa Sousa Lima and Maria Lucia Lopes da Silva.

Among the diverse experiences of human rights violations the black populations face, the black women's one stands out. We call attention to the criminalization of abortion, a prohibitionist policy, organized on the basis of hierarchically constructed structures of class, race, and gender that is combined with other extermination policies arbitrated by the state. A debate furthered by the considerations made in the article *Abortion, racism, and violence: reflections from the perspective of Black Feminism*, by Nathália Diórgenes Ferreira Lima and Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.

The black diaspora in the world, as an experience historically demarcated in modernity and shaped by resistance to slavery and racism has an intrinsic relationship with the construction of a diverse set of ideas, formulations, and theories called decolonial thought. One aspect of this thought has as characteristic the construction of counter-hegemonic, anti-racist and feminist epistemologies, in which black feminist thinking stands out, particularly in the USA and Latin America. In this direction, the article *Decoloniality and critical discourse studies: convergences for anti-racist approaches in Brazil*, by Caroline Fernanda Santos da Silva, articulates critical discourse studies and the perspective of decoloniality for an anti-racist approach in Brazil. With a similar perspective, Christen Smith, professor at the University of Texas at Austin, and Michaela Machicote, doctoral student at the same institution, in the article, *"Zones of Non-Being": Black Women, Homelessness and Displacement in the United States*, build a methodologically counter-hegemonic thought by bringing to scene homeless black women. This thought unveils the intertwining that unites housing discrimination with the racialized and gendered death project instituted by the capitalist, patriarchal system founded on white supremacy. Articles whose reflections also address how these processes materialize are *The genocide of black Brazilian youth: struggle for the right to life and social work*, by Dayana Christina Ramos de Souza Juliano, and *Science and ancestry in Colombia: Epistemic racism under the guise of scientism*, by Colombian professor of Universidad Nacional de San Martín – Argentina, Anny Ocoró Loango. The first deals with the genocide of black youth, apprehended as a result of historical violence whose underpinning is racism. The second gives visibility to the way in which structural and epistemic racism is present in the organization of post-colonial societies.

The last group of articles consists of *The issue of indigenous peoples in Social Work: a necessary debate in the profession*, by Wagner Roberto do Amaral, professor at the State University of Londrina-PR, and Jenifer Araujo Barroso Bilar; *Gypsies and Social Work: a necessary dialogue for the ethnic-racial debate*, by Gabriela Alves dos Santos and Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso; *Phenotype evaluation: the role of social workers*, by Thais dos Santos, Maria Alarcón and Edna da Rocha; and *Black protagonism, anti-racism education and urban quilombolas as "other subjects": a necessary problematization*, by Cassia Engres Mocelin and Patrícia Krieger Grossi. It approaches how the ethnic-racial issue is addressed in the formation and professional practice of social work, highlighting the challenges of bringing the demands of indigenous, gypsy, and quilombola populations to the public debate from their own formulations. This happens because in post-colonial capitalist societies the logic of the integration of these populations prevails through the suppression of their ancestry, identities, cultural foundations and lore, and the subordination of their production of knowledge. The hegemonic references remain anchored in the concepts of the "universal man" and civilization built in modern times as beacons of the ideal of nation that became the project of post-colonial societies.

This issue's interview, conducted by professors Ana Paula Procópio da Silva (UERJ), Magali da Silva Almeida (UFBA), and Renata Gonçalves (UNIFESP) with feminist Ochy Curiel, introduces us to an intellectual whose materialist and anti-capitalist thinking, formulated from black feminist currents, presents a materialist take on the life of black women and on formulating proposals for their emancipation and freedom.

The Life Tribute *A black woman with a first and last name: Benedita Sousa da Silva Sampaio*, by Ana Paula Procópio da Silva and Magali da Silva Almeida, translates the recognition of the struggle and construction of an image of leadership and integrity as values stemming from the favela, of this intellectual and social worker, demonstrating the power of popular organization in the formulation of anti-racist public policies, in defense of the human rights of working men and women. The political path carved by Benedita, in her elections to positions in the different spheres of government, needs to be viewed and understood as an expression of the struggle against the patriarchy and the white supremacy system.

In the photographic exhibition *The common of the singular*, by Januário Garcia, photographer and historical activist of the Brazilian black movement, the record of historical struggles confirms the culture of fighting the myth of racial democracy and the agency/protagonism of black women in the construction of agendas for life.

The review by Jess Oliveira and Samira Soares of the book *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, by Grada Kilomba, highlights the thinking and formulations of one of the main contemporary black feminists in colonial times, who despite being born in Portugal, had everyday

experiences of racial and gender discrimination that help us to think about the global dimension of racism and the importance of the internationalist feminist struggle.

Finally, we invite you to read this issue with care. We hope that it will be a stimulating source for new paths of study, research, and original production in undergraduate and graduate courses, as well as in the organization of a collective anti-racist, anti-patriarchal and anti-capitalist praxis.

*Ana Paula Procópio da Silva
Magali da Silva Almeida*

DOI: 10.12957/rep.2020.51981



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.